Política | 15

O GLOBO | Terca-feira 21.5.2024

Exército revisa portaria e reduz limite de armas restritas a PMs

Policiais, bombeiros e servidores do GSI poderão comprar até dois equipamentos de alto calibre para uso pessoal. Texto suspenso em janeiro permitia adquirir cinco

A pós criticas de integrantes do governo do presidente Luar Inácio Luda de
una portaria publicada en
inaneiro deste ano que aumentava a quantidade de armas de fogo de uso restrito
que podem ser compradas
por policiais militares,
bombeiros eservidores do
Gabinete de Segurança Instudo de Calina de Calina de Calina
con de

agentes na tiva tera diretto de adquirir até quatro armas, sendo duas de uso restrito — armamentos de alto restrito — armamentos de alto para defesa pessoal.

Para o sapoentados, olimite fisado é de duas armas de uso permitido. A norma também veda a aquisição de insumos para recarga de munições. For meio de nota divulgada ontem, o Exército informou que, "após tratativas com membros dos Poderes Executivo e Judiciário", encamilhou a nova portar Diário Oficial da União.

O texto anterior, que acabou suspenso dias depois de sua publicação, permitia aos profissionais da Segurança Pública comprar atéseis armas, incluindo cinco de uso restrito. No governo de espresidente Jair Bolsonaro havia autorização para adquirir até cito armas, senduas decades de sua pratica, no governo de espresidente Jair Bolsonaro havia autorização para adquirir até cito armas, senduas decadible restrito.

Na prática, a norma do Exército editada em iamel-

dusas va cellub reemitto.

Na prática, a norma do
Exército editada em janeiroa mpliaria o acesso aosegundo grupo de artefatos,
o que gerou a repercussão
negativa no governo Lula.
Na época, o ministro da
Defesa, José Múcio, disse
que a portaria havia sido
regativa no governo con elementos "e para que
"possíveis correções" fossem feitas.

O texto entraria em vigor no dia 1º de fevereiro, data em que o ministro Ricardo dia 1º de fevereiro, data em que o ministro Ricardo Lewandowski assumiu o co-mando do Ministério da Justiça. Na ocasião, a deci-são do Exército de revogar a portaria foi vista como um acenoa ministro, que subsportaria foi vista como um aceno ao ministro, que substituiu Flávio Dino no cargo. Militares avaliaram que era necessário alinhar o tema com Lewandowski, e que o recuo era o melhor caminho para lidar com a repercusão negativa gerada após a publicação da norma.

5

armas restritas Era total permitido para aquisição por policiais, bombeiros e servido-res do GSI na portaria suspensa

 $\overline{2}$ armas restritas É o total liberado a esse grupo de

||||

Ao todo, atuam no país pessoas habilitadas, como de 64,3 mil policiais milita-res podiam litares podiam litares. As armas de uso teratirio têns eu porte au-torizado apenas para as emsusacsas até 2018. Osfito Forças Armadas, alguns zis, porexemplo, añoestavam defini que as Forças Armados, dos esqurança e por entre as armas autotrizados.



OS PREJUÍZOS DO MERCADO ILÍCITO NA ECONOMIA DO PAÍS

Em 2022, o Brasil teve uma perda econômica de R\$ 453,5 bilhões com ações ilegais, desde pirataria e contrabando a fraude fiscal e furto de energia e água. Estes crimes continuam a impactar fortemente as finanças do país, com prejuízos registrados por 16 setores econômicos.

Como mudar este cenário? Quais medidas podem ser tomadas hoje? Vamos debater com autoridades e especialistas as melhores práticas e as ideias que possam mitigar este grande problema nacional. Não perca.

CONVIDADOS







Mariana Barbosa Mediadora



Marcos de Moura Mediador

24/05, ÀS 10H





